

**REVISITANDO AS CEBs:
um estudo no Rio de Janeiro e em Minas Gerais ***

Ivo Lesbaupin, Lúcia Ribeiro, Névio Fiorin e Solange Rodrigues

Resumo

O artigo apresenta os principais resultados da pesquisa realizada pelo Iser/Assessoria em comunidades de base dos estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, em 2003. A pesquisa consistiu na aplicação de um questionário junto a 67 comunidades dos dois estados e por estudos de caso em quatro comunidades. Foram selecionadas duas comunidades em cada estado - uma urbana e uma rural - para onde foram enviados pesquisadores que participaram de todas as atividades realizadas durante quinze dias, além de fazerem entrevistas com lideranças e grupos focais. Os resultados são reunidos em torno de quatro temas: a caracterização das comunidades, a organização, a dimensão celebrativa e a dimensão social e política.

Palavras-chaves: Comunidades eclesiais de base, Cebis, Igreja católica, Religião e Política

Re-investigating the Cebis

The article presents the principal results of the research realized by Iser/Assessoria in ecclesial base communities in the states of Minas Gerais and Rio de Janeiro, at 2003. The research consisted of the application of a questionnaire in 67 communities in the two states, and of a case study of four communities. Two communities were selected in each state, one urban and one rural. To these four communities researchers were sent to participate in all activities during 15 days, as well as to carry out interviews with leaders and focal groups. The results are organized around four themes: the characteristics of the communities, the organization, the celebrative dimension, and the social and political dimension.

* Publicado em *Religião & Sociedade* volume 24, número 1, Rio de Janeiro: Iser, outubro 2004.

Keywords: Ecclesial base communities, Cebbs, Catholic Church, Religion and Politics.

Ao surgirem no Brasil no final da década de 60 e início de 70, no contexto de implementação das mudanças propostas pelo Concílio Vaticano II, as Cebbs representaram uma importante inovação pastoral - “uma nova forma de ser Igreja”. Nos anos seguintes, conquistaram um lugar de destaque também no cenário político por sua influência sobre vários movimentos sociais e por trazerem uma contribuição significativa ao processo de democratização e de construção da cidadania no país (Lesbaupin, 2000:56).

Nos anos 90, num quadro político e eclesial desfavorável, as Cebbs passaram por mudanças significativas, a ponto de alguns intelectuais anunciarem o seu fim (Prandi, 1997:14). De fato, a crise do socialismo real e, sobretudo, a implementação das políticas de cunho neoliberal e a recessão econômica tiveram importantes reflexos nas classes populares e na capacidade de mobilização de alguns movimentos sociais (Lesbaupin, 1999) com os quais as Cebbs eram muito articuladas. No campo eclesial, o avanço do *projeto centralizador*, levado em frente pelo Vaticano, provocou uma desaceleração do compromisso libertador da Igreja católica latino-americana (Boff, 1996:51). Por outro lado, mudanças no campo religioso, especialmente o crescimento do Pentecostalismo e, no interior da Igreja católica, do Movimento Carismático, também alteraram a dinâmica das Cebbs. Esse novo quadro contextual deslocou o foco de atenção da mídia e de muitos intelectuais dando a impressão que as Cebbs passavam por uma crise profunda ou que tinham desaparecido¹. A continuidade e vitalidade dos Encontros Diocesanos, Regionais e Intereclesiais parecem indicar, pelo contrário, que as Cebbs permanecem atuantes, embora venham passando por transformações no jeito de ser e de atuar².

Esse novo panorama motivou o Iser/Assessoria a realizar uma pesquisa, em 2003, com o objetivo de apreender como estão as Cebbs na atualidade. Três eixos fundamentais orientaram a investigação: organização comunitária, celebração e prática sociopolítica, levando-se em conta as perspectivas transversais de geração, gênero, etnia e classe social. A pesquisa consistiu em um *levantamento* quantitativo, junto a 67 Cebbs, sendo 31 no Rio de Janeiro e 36 em Minas Gerais. Além disso, foram realizados *estudos de caso* em quatro dessas comunidades.

A unidade de análise estabelecida foi a comunidade eclesial de base, definida a partir de três indicadores: existência de celebração semanal regular centrada na Bíblia; organização de tipo participativo; e alguma prática social e política.

Para a seleção das comunidades, inicialmente, foram mantidos contatos com as Comissões de Cebbs dos dois estados. Pediu-se que algumas comissões diocesanas, aí representadas, indicassem de 5 a 10 Cebbs a partir dos indicadores acima mencionados, levando-se em conta, ainda, a localização urbana ou rural, o maior ou menor tempo de existência das comunidades e a distribuição geográfica das comunidades na diocese. Através desse processo obtivemos a indicação de 90 Cebbs. Para essas comunidades foi enviado um questionário a ser respondido coletivamente, isto é, pelo conselho comunitário ou por um grupo de representantes das diversas atividades da comunidade. Retornaram 67 questionários³.

A seleção das Cebbs para os *estudos de caso* foi feita a partir das mesmas comunidades indicadas pelas comissões diocesanas. Foram selecionadas quatro Cebbs, sendo uma rural e uma urbana em cada estado. Além desse critério, a escolha foi orientada por outras preocupações.

Considerávamos importante investigar tanto comunidades de regiões metropolitanas e de cidades médias, como comunidades de favelas e de periferias. Também se tinha em mente que uma das comunidades estivesse em um município onde a administração fosse de um governo democrático e popular, para se observar melhor a articulação fé e política naquela situação específica. A partir desses critérios selecionamos para os *estudos de caso* as quatro comunidades que descreveremos rapidamente a seguir, para situá-las no seu contexto⁴:

Comunidade São Francisco: Comunidade rural de Sapucaia, RJ, município de 18 mil habitantes. A comunidade surgiu em 1973 e tem cerca de 80 membros. Na região predominam as pequenas propriedades rurais. A “cultura urbana” exerce uma grande influência sobre os moradores, o que tem levado muitos a emigrar para as cidades vizinhas.

Comunidade São João: Comunidade situada em Duque de Caxias, município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro que tem 775 mil habitantes. A comunidade surgiu em 1981, tem cerca de 30 membros e está situada numa favela dominada pelo tráfico de drogas e por um político clientelista.

Comunidade Santa Rita: Comunidade rural de Campos Gerais, MG, município com 27 mil habitantes. A comunidade surgiu em 1984, tem cerca de 185 membros. Na região predominam pequenas propriedades rurais que cultivam sobretudo café.

Comunidade Margarida Maria Alves: Comunidade situada em Ipatinga, MG, município com 212 mil habitantes, administrado por um governo democrático e popular. A cidade cresceu em torno da siderúrgica Usiminas, privatizada nos anos 90. É uma comunidade de periferia, criada em 1975, e conta atualmente com cerca de 800 membros. É uma comunidade que conta com um grupo de Renovação Carismática Católica (RCC) muito atuante.

Cada comunidade recebeu um/a pesquisador/a que lá permaneceu 15 dias seguidos para o trabalho de campo. Este incluía: aplicação do questionário relativo ao levantamento quantitativo. Entrevistas estruturadas com 5 a 7 informantes qualificados, entendidos como as lideranças da comunidade, antigas e novas; militantes em movimentos sociais e no campo da política; a coordenação da comunidade e o padre que a acompanha. Grupo focal reunindo de 8 a 12 pessoas atuantes na comunidade, mas que não fossem as principais lideranças. Observação participante: cada pesquisador acompanhou a vida da comunidade durante os dias que esteve lá, participando, na medida do possível, de todas as atividades desenvolvidas pela comunidade.

As informações obtidas sobre cada comunidade foram sistematizadas pelo respectivo pesquisador e apresentadas em um relatório minucioso sobre o cotidiano de cada comunidade de base⁵.

I. CARACTERIZAÇÃO DAS CEBs

Um primeiro aspecto que sobressai da pesquisa é a diversidade das comunidades. Não apenas os traços que configuram o seu perfil são diferentes mas também o seu dinamismo pastoral e o seu engajamento social são bastante diferenciados.

1. Perfil das Comunidades

A maioria das 67 comunidades pesquisadas, 65%, localiza-se em área urbana; um quarto delas se encontra em zona rural, enquanto 10% se definem como rurais e urbanas.⁶

Ao observar o tempo de existência, verifica-se que as comunidades analisadas nos dois estados são bastante antigas: 25% delas foram fundadas nos anos 60, e quase metade (49%) já existia no final dos 70. É interessante observar, entretanto, que nas décadas posteriores continuam a surgir novas comunidades: 27% são fundadas na década de 80 e 24% nos anos 90.

O tamanho das Cebts pesquisadas é também marcado pela diversidade. Nos dois estados, um quarto das comunidades (26%) tem até 100 membros e as que agrupam até 300 fiéis perfazem 60% do total. O que chama atenção é que praticamente um terço das comunidades (30%) têm mais de 300 membros, sendo que 7% declaram que têm mais de 1000 pessoas. Aqui é preciso considerar esses números com reserva, uma vez que não é fácil estabelecer com precisão o número de membros de uma comunidade, já que este é relativamente fluido. Pode aumentar, no caso de eventos especiais, como missas e festas, dos quais participam também pessoas de outras comunidades. Por outro lado, na pesquisa de campo também se observou essa variação no tamanho das comunidades. Uma tem 30 e, uma outra, 800 membros, incluindo adultos, idosos, jovens e crianças. Além da diversidade de tamanho, o que chama atenção em particular é a existência de comunidades numericamente muito grandes.

São vários os fatores que explicam estas diferenças de tamanho, dentre os quais se pode apontar: a forma como se constituiu a comunidade e sua história ao longo do tempo; fatores externos, como o processo de migração, em comunidades rurais - levando à sua diminuição - ou o processo de urbanização, possibilitando o crescimento de comunidades localizadas nas cidades; o contexto social em que a comunidade está inserida, facilitando ou dificultando a participação na mesma; o fato da existência de outras comunidades bastante próximas, resultado de um processo de descentralização com o objetivo de constituir comunidades pequenas.

A maioria das comunidades (69%) considera que seu número de participantes está crescendo e 15% diminuindo. Já 16% consideram esse número estabilizado. Tendência semelhante se encontra nas quatro comunidades visitadas: duas se consideram em crescimento, enquanto uma se considera estável e a outra em diminuição, considerando as respostas dadas ao questionário.

Entretanto, de acordo com as entrevistas as duas comunidades menores estariam em um processo de diminuição. Em S. Francisco, a diminuição se explicaria basicamente por fatores externos: a migração para a cidade e a modernização do campo com acesso a meios de transporte, facilitando uma mobilização maior das pessoas, e com a chegada da energia elétrica e da televisão, incentivando as pessoas a ficarem mais em casa. Entretanto, a diminuição de seus membros não parece implicar necessariamente na diminuição do número de pessoas atuantes, na opinião de um dos coordenadores da comunidade haveria um "*crescimento de pessoas conscientes*" (Almeida, 2003). Já em de S. João, a diminuição de seus membros se explica tanto por fatores externos quanto internos: a situação da comunidade, inserida em uma favela controlada pelo tráfico de drogas, não favorece seu crescimento pois as atividades externas são cerceadas e o direito de ir e vir é limitado. Por outro lado, observa-se também a existência de divergências internas e sobretudo conflitos provocados por uma família que se sente "dona" da comunidade (Alves, 2003).

O caso de Margarida Maria Alves parece ser o inverso: há um aumento de pessoas que freqüentam a comunidade – "*a Igreja só faz encher*". Isto se explicaria pelo aumento da população do bairro e pela influência da RCC, que vem atraindo sobretudo os jovens. Simultaneamente, nessa mesma comunidade, parece haver uma diminuição dos membros atuantes, se comparados aos "tempos gloriosos" em que a paróquia foi coordenada por um grupo de religiosos. Alguns depoimentos se referem "*ao fracasso das Cebts' por conta da diferença entre o boom inicial e a menor participação atual*" (Cunha, 2003).

Em Santa Rita se registra um franco aumento de participantes. A razão para isso, segundo um membro do Conselho é "*a união da comunidade, a acolhida dada à juventude e ao número de crianças que estão sendo bem formadas na catequese*" (Assis, 2003).

É preciso observar, ainda, que o nível de participação das pessoas na comunidade não é uniforme: há uma clara distinção entre as pessoas que apenas freqüentam as celebrações e os

membros realmente atuantes, ou seja, aqueles que estão comprometidos com as pastorais e serviços, o grupo responsável pela organização e os membros engajados nas lutas sociais. Procuramos distinguir essas pessoas no conjunto dos membros das Cebds pesquisadas.

Aqui, se observa que os membros atuantes nas Cebds representam cerca de 10% do total de membros, cifra muito semelhante à de membros atuantes nos movimentos sociais (11%). Já o grupo responsável pela organização representaria apenas 5% do total, aproximadamente. Nas quatro comunidades visitadas, esta tendência geral se reproduz. Os membros atuantes representam 12%, em média, do número total de membros.

As entrevistas qualitativas também apontam claramente para a distinção entre os membros em geral e os realmente atuantes. Os primeiros recebem inclusive uma denominação própria, em S. João e em Margarida Maria Alves: são denominados “*misseiros*” (Alves, 2003; Cunha, 2003).

A partir desta distinção “nativa”, talvez se possa pensar uma classificação mais detalhada dos membros das Cebds. Embora todos façam parte da mesma comunidade, esse pertencimento poderia ser percebido como se dando em círculos concêntricos, como sugeriu Andrade (1997:238). Haveria, então:

- militantes atuantes: os que efetivamente participam, exercem ministérios, coordenam alguma pastoral ou serviço e se sentem responsáveis pela comunidade;
- participantes: que pagam dízimo ou estão envolvidos em um ou outro serviço, mas não representam a comunidade nas atividades de articulação nem participam de coordenação;
- “freqüentantes”: os aqui chamados “*misseiros*”;
- pessoas atingidas de alguma forma pela comunidade por ocasião de batizados, casamentos ou através dos círculos bíblicos e das pastorais sociais.

2. Perfil dos membros

A pesquisa procurou levantar o perfil dos participantes das Cebds e das suas lideranças.

a) Geração: Nas comunidades em geral mais da metade de seus membros (57%) são adultos; o contingente infantil é relativamente alto (25%) e o número de jovens, por sua vez, é um pouco menos elevado (18%). Entretanto, levando em consideração que este é um número médio, pode-se pensar que este grupo varia, conforme a comunidade, indicando possibilidades de crescimento ou de diminuição.

Em três das comunidades visitadas, a maioria dos participantes é constituída por adultos; isto se verifica, sobretudo, em S. Francisco e S. João (62% e 70%, respectivamente), que são as duas comunidades menores, e que se encontram em processo de diminuição do número de membros.

Constitui exceção a comunidade rural de Santa Rita onde o contingente infantil é o maior (44%) e há também um número significativo de jovens (24%) em relação aos adultos (32%). Também em Margarida Maria Alves há um número razoável de crianças: são 200, entre as 800 pessoas e o grupo juvenil (23%) parece estar aumentando. Nesta comunidade, os jovens têm seu espaço específico – a Pastoral de Juventude, os Grupos de Jovens – mas ao mesmo tempo participam ativamente da comunidade. De uma forma ou de outra, nestas duas comunidades os jovens são um motor de renovação. E talvez sua ausência seja justamente um dos fatores que explica o decréscimo das duas comunidades menores.

Se por um lado o contingente de jovens e crianças (43% na média) parece afastar o perigo de envelhecimento das Cebds, garantindo sua renovação quantitativa, por outro, a análise qualitativa indica que esse problema é real em comunidades onde as lideranças mais antigas mos-

tram dificuldade de incorporar as novas gerações na dinâmica comunitária. Ao mesmo tempo, nem sempre os jovens ocupam, ao nível das lideranças, um lugar proporcional à sua presença na base.

b) Gênero: No conjunto das comunidades predominam significativamente as mulheres. Elas constituem, em média, 62% do total de seus membros. Este dado apenas confirma uma tendência que já se tornou uma característica das Cebcs (Ribeiro e Luçan, 1997:30).

No entanto é importante notar que esta tendência não se aplica a todos os casos. Observou-se que, em 7 comunidades, sobretudo rurais, há mais homens que mulheres. Algo semelhante acontece nas quatro comunidades visitadas: embora em três delas as mulheres constituam a grande maioria (62% em S. Francisco, 77% em S. João, 80% em Margarida Maria Alves), o mesmo não ocorre em Santa Rita, onde há um certo equilíbrio entre o número de homens e de mulheres. Trata-se, também aqui, de uma comunidade rural, muito marcada pelo catolicismo popular e onde os laços familiares são muito fortes. Este contexto talvez explique uma participação mais ativa dos homens na comunidade, o que não impede, entretanto, que, nessa comunidade, a participação das mulheres seja considerada mais intensa que a dos homens. Segundo os participantes do grupo focal "*haveria um maior envolvimento das mulheres nos trabalhos comunitários*" (Assis, 2003).

Pode-se pensar que, no campo, predominam ainda padrões de comportamento influenciados por uma estrutura patriarcal, que assigna ao homem um *status* superior ao da mulher, o que representa valorizar a participação masculina em todas as áreas de poder – inclusive religioso – relegando a mulher a posições subalternas. Isto não impede que esta tenha uma intensa participação nas práticas religiosas; mas seu acesso ao poder é limitado.

Tampouco há diferenças sensíveis entre base e lideranças, com respeito ao gênero. Nas três comunidades onde as mulheres representam a maioria, a mesma tendência se verifica entre as lideranças. Chama a atenção a intensa participação das mulheres, não apenas ao nível da base, mas também nas atividades e na direção das comunidades. As mulheres constituem 72% das pessoas atuantes nas pastorais e serviços da comunidade, 64% dos membros do Conselho e 52% dos militantes nos movimentos sociais. Neste sentido, os dados da pesquisa confirmam uma tendência que se observa a nível mais geral, ou seja, que o processo de conscientização que se dá nas Cebcs leva as mulheres a uma participação cada vez maior nas diferentes atividades e a ter “voz e vez”, apontando rumos e abrindo novos espaços (Ribeiro e Luçan, 1997:30-31). Isto representa uma novidade, indicando talvez que o processo de “empoderamento” das mulheres, que se dá nas Cebcs, vem se intensificando.

c) Etnia: De acordo com a observação dos pesquisadores de campo, nas duas comunidades rurais, há poucas pessoas negras ou com traços indígenas. Na realidade, em Santa Rita, praticamente a totalidade da população é de pele clara e há muitas pessoas louras, de olhos azuis. Apenas algumas crianças negras participam da catequese (Assis, 2003). Em S. Francisco há poucos negros – foram identificadas apenas três famílias na comunidade – mas a maioria dos participantes foi definida pela secretária do Conselho como "*mestiços com pele clara*" (Almeida, 2003). Já as comunidades urbanas são compostas basicamente por pretos e pardos, ou como diria um dos entrevistados, "*moreno para negro*".

Esta tendência se reproduz também ao nível das lideranças. Sabe-se que há sempre uma enorme dificuldade em delimitar exatamente estes grupos étnicos; conseqüentemente, é também difícil estabelecer com precisão sua influência na comunidade. Parece, entretanto, que a consciência étnica é ainda incipiente, ao menos nessas comunidades. Durante a pesquisa de campo não se observaram indicadores significativos de que essa questão mobilizasse as comunidades, de alguma maneira⁷.

d) Classe social: A análise da classe social dos membros das comunidades e de suas lideranças foi feita a partir de três aspectos: escolaridade, situação de trabalho e renda. Esses indicadores foram aferidos apenas nas quatro comunidades visitadas.

O nível de escolaridade é relativamente baixo. Mas há uma clara diferença de geração: os mais jovens tiveram um acesso maior à escola. Enquanto a maioria dos mais idosos só conseguiu frequentar a escola até a 4ª série, os jovens vão até o ensino médio. Entretanto, mesmo entre estes é alto o número dos que têm que interromper os estudos para trabalhar.

O caso de S. João apresenta algumas especificidades: embora seja uma comunidade urbana, a maioria de seus membros sequer completou o ensino fundamental e há uma proporção relativamente elevada de analfabetos. Na pesquisa de campo, três destas pessoas foram identificadas: eram – talvez não por acaso! – mulheres, negras, viúvas e duas delas maiores de 65 anos. Não se pode esquecer que se trata de uma comunidade de favela, e formada sobretudo por pessoas adultas e idosas.

Estas tendências se reproduzem também ao nível das lideranças. A maioria das lideranças das quatro comunidades (55%) se situa em um nível de escolaridade que vai até o ensino fundamental completo.

Quanto à situação de trabalho, nas duas comunidades rurais, trata-se fundamentalmente de pequenos agricultores, mas cada comunidade apresenta características próprias. No caso de Santa Rita, a maioria dos participantes são pequenos proprietários e sitiantes que comercializam seus produtos através de uma cooperativa. Alguns são empregados em fazendas (Assis, 2003). Em São Francisco também predominam pequenos proprietários, que plantam apenas para a própria subsistência, mas a principal fonte de renda vem do trabalho na cidade (Almeida, 2003). Já na comunidade urbana de São João, as pessoas trabalham em sua maioria no comércio e em atividade informais (Alves, 2003). E em Margarida Maria Alves, a maioria está no mercado informal e/ou trabalha por conta própria; alguns trabalham no setor de comércio e serviços ou na indústria (Cunha, 2003).

A renda média parece se situar em um patamar relativamente baixo, embora não chegue a configurar uma situação de extrema pobreza. Em São João, percebe-se que a população da favela varia entre pobres e miseráveis, mas estes últimos, em geral, não se incluem na comunidade, exceto duas famílias: são sobretudo alvos do trabalho de promoção humana aí realizado.

Nas duas comunidades rurais, as pessoas muito pobres são minoria; em São Francisco e em Santa Rita, a comunidade criou a Sociedade de São Vicente justamente para socorrer os que passam necessidade temporária pelo tipo de trabalho sazonal na lavoura, mas que não constituem um grupo miserável. Também em Margarida Maria Alves existem Vicentinos, preocupados com a assistência aos mais desvalidos.

Aqui também a situação das lideranças, no que se refere à renda familiar, ajuda a explicitar este quadro. A grande maioria (58%) ganha até 3 salários mínimos e os que ganham mais de 5 salários são 20%. Mas 18% não ultrapassam a renda de 1 salário mínimo. Em Margarida Maria Alves, esta cifra chega a 24%. Esse dado confirma a conclusão da pesquisa de campo, ao afirmar que as *"lideranças da comunidade não formam uma elite, não se diferenciam, em termos sócio-econômicos, do restante dos participantes da igreja e dos moradores"* (Cunha, 2003).

Levando em consideração esses indicadores, a pesquisa confirma um aspecto que vem caracterizando as Cebds desde o seu início: os membros e lideranças das comunidades estudadas pertencem basicamente aos setores populares, embora existam também alguns membros da baixa classe média. É possível observar uma certa diversidade quanto à situação sócio-

econômica, mas esta não ultrapassa certos limites: não chegam a se definir claramente como setores médios, mas tampouco atingem situações de extrema pobreza⁸.

II. ORGANIZAÇÃO DAS CEBs

Não existe um modelo rígido que preconize como as comunidades devem se organizar. As formas são diversificadas, de acordo com as circunstâncias. É possível, entretanto, descobrir algumas características que, em geral, estão presentes em sua organização.

A primeira delas diz respeito à existência de espaços onde as pessoas podem se encontrar. No caso das quatro comunidades visitadas, todas elas possuem um local próprio para reunião, seja este uma igreja ou capela ou outros lugares destinados a este fim. É muito freqüente também que seus membros se reúnam nas casas, tradição esta que já vem desde o início das comunidades e que pode inclusive ser considerada como uma marca das Ceb's. Assim, as reuniões do Círculo Bíblico se dão tradicionalmente nas casas.

Organizações existentes

Há uma enorme variedade de grupos, pastorais e serviços nas diversas comunidades dos dois estados refletindo, por um lado, a própria dinâmica desse novo jeito de ser igreja e, por outro, a diversidade de iniciativas do catolicismo.

Nestas comunidades, ocupam um lugar prioritário a Catequese, as Equipes de Liturgia, a Pastoral do Batismo, a Pastoral do Dízimo e o Ministério da Eucaristia, seguidas por diversas outras organizações, tais como a Catequese de Crisma e de Iniciação de Adultos, e diversas Pastorais: da Criança, da Juventude, da Esperança e dos Enfermos ou da Saúde Alternativa⁹.

Esta diversidade se reproduz, em maior ou menor grau, nas quatro comunidades pesquisadas. É interessante observar que nestas, os quatro principais grupos coincidem com os que predominam nas 67 comunidades.

Para animar esse conjunto crescente de iniciativas a comunidade necessita de um grupo de lideranças capacitado e motivado. A pesquisa quantitativa e o trabalho de campo demonstraram que diversas pessoas participam de mais de um grupo. Muitas reclamam da sobrecarga, sendo esse um ponto de estrangulamento das Ceb's que não conseguem formar quadros suficientes para todas as suas atividades.

Conselho Comunitário

Uma característica da organização das Ceb's é a existência de um Conselho Comunitário. Este representa o espaço de coordenação da comunidade, onde se tomam as decisões referentes à sua programação e ao planejamento das atividades. Sua presença foi comprovada em 96% das 67 comunidades pesquisadas e na totalidade das quatro comunidades visitadas.

Este Conselho é composto, normalmente, por representantes dos grupos que constituem a comunidade, incluindo também os Ministros existentes, escolhidos por indicação da comunidade.

Na maior parte das comunidades visitadas, os membros do Conselho são mulheres. A exceção é Santa Rita, onde apenas 22% dos membros do Conselho são mulheres. Há também uma participação predominante de pessoas adultas nos Conselhos: os jovens em geral não participam ou participam menos. Sua presença ativa só se fez notar no caso de Margarida Maria Alves.

Quanto a classe social, normalmente não há maior diferença entre as bases e os membros do Conselho (excetuando-se o caso de São João, onde algumas lideranças se situam em uma posição de classe um pouco superior à dos membros da comunidade).

Gestão e prática democrática

Nas quatro comunidades visitadas, o Conselho Comunitário constitui um grupo relativamente reduzido, cujo tamanho oscila entre 9 e 20 pessoas. A periodicidade de suas reuniões é, em geral, mensal e as decisões costumam ser tomadas por consenso, seguindo a tradição das

Cebs. Na realidade, isto parece tão normal que não houve uma explicitação maior, nos dados da pesquisa. Entretanto, há uma exceção, no caso de Santa Rita, onde “o Conselho toma as decisões por meio do voto”.

Ao reconhecer a importância deste espaço, as comunidades expressam a opção por uma forma de participação democrática que hoje parece já adquirida. Entretanto, nem sempre foi assim; em muitos casos, as formas que o Conselho assume hoje são o resultado de um processo que vem se dando, ao longo do tempo, nas comunidades.

Neste sentido, o caso de São Francisco é emblemático: inicialmente, as decisões eram tomadas fundamentalmente pelo coordenador, muito centralizador; e a comunidade, por sua vez, delegava a ele todo o poder. Entretanto, nos últimos anos, houve uma mudança significativa, através da criação e valorização do Conselho, por onde passam hoje todas as decisões (Almeida, 2003). Trata-se de um caso interessante porque deixa transparecer o processo pelo qual, ao longo do tempo, foi sendo criada uma consciência mais democrática.

Em Margarida Maria Alves, o próprio padre reconhece que a consciência democrática já é algo adquirido: “*Tudo aqui tem que ser conversado. Não tem isso do padre decidir e os outros cumprirem.*” E indica, mais adiante, que ele precisou romper com uma concepção adquirida anteriormente: “*no seminário, aprendi de outro jeito: o que era melhor e pronto. Aqui aprendi a conversar e a discutir*” (Cunha, 2003).

Isto não significa que, na prática, a gestão da comunidade seja considerada totalmente democrática: há problemas concretos que se verificam, tanto no funcionamento do Conselho como nas formas em que é avaliado. Isto se expressa, por exemplo, nas críticas em relação à sua representatividade: “*às vezes, o Conselho não é bem representado. Duas ou três pessoas acabam decidindo pelo grupo*” (Grupo Focal com membros da RCC). Podem existir também dificuldades criadas por algumas pessoas que se sentem “as donas da igreja” e opõem resistência a um processo mais participativo, como no caso de São João (Alves, 2003). Outro elemento que pode dificultar a gestão democrática das comunidades é a forma como se dá a relação com os padres. Em alguns casos, quando estes interferem ativamente e dão mostras de autoritarismo, torna-se mais difícil garantir o espaço democrático. Mesmo na comunidade Margarida Maria Alves, quando o Conselho não consegue resolver alguma pendência, o pároco é acionado pois, na opinião de um Ministro da Palavra, “*toda decisão, pela estrutura da Igreja, passa pelo crivo do pároco. Se não for da vontade do pároco da diocese, paciência... O Conselho é mais consultivo do que deliberativo*” (Cunha, 2003).

Portanto, a gestão democrática das comunidades, embora seja universalmente valorizada, na prática não ocorre sem tensões. Ao mesmo tempo, não se pode esquecer que esta participação se dá dentro de uma estrutura eclesial hierarquizada, na qual o poder se encontra concentrado nas mãos de poucos: tal contradição coloca limites à prática participativa. A dificuldade se agudiza, ao pensar que esta estrutura clerical concentra tanto o poder de governo quanto o poder sacramental.

Neste contexto, não é de surpreender que o grau de participação vá se tornando cada vez mais ralo, à medida que se sobe nos níveis hierárquicos. Aliás, nos próprios Conselhos, já se observa uma clara diferenciação: a gestão democrática é muito mais intensa ao nível do Conselho Comunitário, diminuindo gradativamente nos Conselhos Paroquial e Diocesano.

Articulações externas

As articulações externas constituem uma dimensão importante das comunidades: estas se encontram articuladas em uma rede que as conecta tanto entre si como com o nível paroquial e diocesano. A maioria das comunidades que participaram da pesquisa afirma ter este tipo de participação. Esta se dá de forma mais intensa no caso de encontros paroquiais (87%) e Cursos de Formação (85%).

Também no caso das quatro comunidades visitadas, todas participam de Encontros Paroquiais, Encontros Diocesanos e Cursos de Formação.

São João é um caso interessante, já que a comunidade está integrada na organização da paróquia através da Área Pastoral à qual pertence. Esta paróquia, como muitas na diocese, está dividida internamente em Áreas Pastorais, desde 1985. Trata-se de um nível intermediário, que articula 4 ou 5 comunidades vizinhas, incluindo atividades tais como Cursos de Formação, Catequese, Pastoral do Batismo e Preparação do Mês da Bíblia. Trata-se de um nível supra-comunitário, onde o padre tem menos poder: pode-se dizer que esta é uma forma de “quebrar” o poder do padre, e de estabelecer uma maior afinidade e troca de experiências entre as pessoas, de forma que a paróquia não seja a única instância de intermediação. Em geral tem sido uma experiência exitosa porque dá mais autonomia às Cebbs.

No caso de São João, *"os membros atuantes da comunidade consideram isto altamente positivo, porque (neste âmbito) a reflexão pastoral está em sintonia com um modelo eclesial mais participativo, reforçando a autonomia dos leigos e respeitando a estrutura organizativa da comunidade"* (Alves, 2003).

As Cebbs, por sua vez, se articulam entre si, ao nível diocesano, regional e nacional, em função de atividades comuns. Entre estas se destacam, além dos cursos de formação, as reuniões pastorais e os encontros diocesanos e regionais de Cebbs. Já a participação nos Intereclesiais é, por sua própria natureza, mais limitada.

Cursos de formação

Um elemento fundamental no cotidiano das Cebbs é a formação. Diferentes atividades são realizadas em nível comunitário, regional, paroquial ou diocesano, com vistas à melhor capacitação dos participantes no exercício de sua missão evangelizadora. Alguns desses cursos podem ser também de âmbito estadual ou nacional.

Os mais diversos campos temáticos são trabalhados nessas iniciativas: bíblia, sacramentos, liturgia, espiritualidade, formação cultural e política. Um tema emergente nas atividades de formação social é o das políticas públicas. Há cursos para catequistas, ministros, militantes políticos, jovens, coordenadores da comunidade etc. As pastorais e movimentos também oferecem cursos para os seus militantes.

Os círculos bíblicos semanais assim como os grandes encontros diocesanos também são considerados por alguns entrevistados como espaços de formação. Além disso, os membros das Cebbs participam de cursos e debates promovidos pelos movimentos sociais, pelos partidos políticos, pelas Câmaras Municipais e por redes ou campanhas nacionais, como a da luta contra a ALCA.

Essa intensa atividade formativa não deixa de apresentar algumas dificuldades. A primeira se refere às longas distâncias e escassez de meios de transporte, limitando especialmente a participação de pessoas das comunidades rurais. Há também a falta de recursos ou de tempo para esses deslocamentos. Ao mesmo tempo, em um contexto de crise econômica, o aumento do ritmo de trabalho e a redução do tempo livre também constituem empecilhos adicionais. Essas dificuldades atingem particularmente às mulheres, no caso de cursos de formação fora da paróquia, que exigem viagens e dias fora de casa.

Assim, em geral, apenas os coordenadores e as principais lideranças participam dessas atividades, enquanto as demais pessoas restringem sua participação a atividades realizadas na própria localidade. O que gera uma expectativa nem sempre atendida de que os participantes repassem os cursos na comunidade.

Iniciativas, atividades ou experiências ecumênicas

A pesquisa focalizou um novo tema: a ecumenicidade das Cebbs em seu cotidiano. Quase metade das comunidades pesquisadas (30 comunidades, o que equivale a 45%) desenvolve alguma iniciativa ecumênica. E a maioria das iniciativas está no campo social ou comunitário – um terço das comunidades pesquisadas faz algum tipo de ação social em parceria com outras tradições religiosas.

Bem menos frequentes são as celebrações ecumênicas (15%) e a reflexão bíblica com membros de outras igrejas (12%). Não se pode esquecer, entretanto, que a maior parte das comunidades dessa amostra (55%) não está envolvida em qualquer atividade ecumênica.

Este quadro se repete nas comunidades que foram visitadas pelos pesquisadores. Três delas não têm nenhuma iniciativa ecumênica, e somente a comunidade Margarida Maria Alves informou desenvolver alguma experiência nesta área. A atuação conjunta com evangélicos na associação de bairro e no grupo de mulheres foi citada como uma experiência ecumênica. Igualmente a ajuda financeira dada por essa comunidade a um grupo de espíritas para uma atividade filantrópica de atendimento a pessoas deficientes.

No entanto, as entrevistas mostraram que lideranças da comunidade têm uma percepção negativa da ação de algumas igrejas evangélicas. Ao falar sobre o contexto religioso do bairro, uma Ministra da Palavra fez uma comparação entre as demais igrejas do local e a Ceb: *“há novas religiões que prometem resolver os problemas imediatos e, aqui, quem entra pensando que vai buscar a paz interior, está muito equivocado”* (Cunha, 2003).

Outro exemplo foi percebido durante a reunião do Conselho Pastoral Paroquial: uma pessoa ligada às comunidades da paróquia se apresentou como candidata à eleição para o Conselho Tutelar do município, e justificou sua candidatura com um discurso de competição com outras igrejas evangélicas, que estariam investindo decisivamente na ocupação desses espaços de atuação cívica (Cunha, 2003).

III. DIMENSÃO CELEBRATIVA

Através dos ritos realizados nas Cebts pode-se perceber como elas vivem e expressam sua espiritualidade. Os rituais presentes no cotidiano das Cebts são as Missas e Celebrações da Palavra; as Celebrações dos Sacramentos e outras Práticas Devocionais.

As celebrações semanais

A prática ritual mais consolidada nas Cebts é o Culto Semanal ou Celebração da Palavra. A grande maioria das comunidades pesquisadas (91%) realiza este tipo de celebração ao menos duas vezes ao mês. O mais comum é que elas aconteçam semanalmente, quando não há Missa. As normas da Igreja Católica determinam que seus membros devem participar do ritual da Missa aos domingos. No entanto, na impossibilidade da realização desse rito pela ausência de um sacerdote, uma comunidade católica pode cumprir o preceito dominical através de uma Celebração da Palavra. Algumas comunidades pesquisadas realizam esses ritos mais de uma vez por semana.

As celebrações das Missas são menos frequentes: o mais comum é que elas ocorram uma vez por mês (89%). Isso demonstra que as comunidades adquiriram uma certa autonomia em termos litúrgicos, já que as Celebrações da Palavra predominam largamente sobre as Missas e não dependem da presença do padre para serem realizadas. No entanto, em geral as Missas congregam um número maior de pessoas.

A preparação prévia desses rituais fica a cargo de alguns membros das comunidades. A maior parte das comunidades (88%) conta com uma Equipe de Liturgia. Além dessas equipes, os Ministros são elementos fundamentais na preparação e na realização das celebrações: 88% das comunidades têm Ministros/as da Eucaristia, que são responsáveis pelo transporte, manuseio e distribuição do pão consagrado previamente numa Missa (o que só pode ser feito por um sacerdote); e 75% delas têm Ministros/as da Palavra, pessoas que dirigem as Celebrações da Palavra e/ou realizam os comentários sobre as leituras bíblicas daquele domingo, segundo o calendário litúrgico da Igreja católica. Esses dados sugerem a importância da dimensão litúrgica no cotidiano das Cebts.

Os dirigentes leigos, que em geral se alternam nas celebrações, procuram envolver os participantes em diferentes momentos: nas *intenções* (as motivações para aquela celebração em particular), nas preces, nas leituras bíblicas, nos cânticos e em testemunhos.

As celebrações se constituem no encontro semanal da comunidade. São espaço onde “*as pessoas se encontram para celebrar e partilhar a semana, as dificuldades, as alegrias*” (Almeida, 2003). São lembrados os aniversariantes, as pessoas doentes ou ausentes, os que morreram, e outras experiências dos membros da comunidade são expressos nas celebrações, como o desemprego e a violência (Alves, 2003). Fatos da conjuntura local, nacional ou internacional também são inseridos na dinâmica dessas celebrações. Desse modo os fatos do cotidiano se transformam em matéria de oração. Essa prática não limita às comunidades em que foi realizado o trabalho de campo. Dois terços das comunidades que responderam ao questionário informaram que suas celebrações *sempre* levam em conta os problemas sociais, as lutas e as conquistas do povo. Enquanto quase todas as demais (28%) dizem que *às vezes* isso ocorre. Os Cultos Semanais também funcionam como espaços de convocação para atividades que se referem à vida religiosa ou social da localidade, como o ato público por ocasião da passagem pela cidade de uma marcha do MST (Cunha, 2003) ou a Romaria dos Trabalhadores (Assis, 2003).

As celebrações dessas comunidades tornam-se, portanto, espaços privilegiados de articulação entre *fé e vida*. Uma ligação que não se restringe às intenções, preces e homilias, mas está presente também em novos símbolos que são incorporados à liturgia: instrumentos de trabalho, livros e cadernos escolares, frutos do trabalho agrícola.

Dentre as transformações que têm marcado as celebrações, vários informantes apontaram uma tendência de conciliar os cânticos típicos das Cebbs com outros, característicos da RCC. Outra mudança apontada por um entrevistado é que, na sua opinião, as celebrações atuais não enfatizam suficientemente essa relação entre fé e vida. Segundo ele, no passado havia cantos mais comprometidos com a mudança social, gestos, denúncias sobre a situação social, e sua comunidade usava elementos da alimentação típica da região (broa) no lugar do pão nas Celebrações (Cunha, 2003). Esta avaliação parece expressar uma certa nostalgia dos tempos em que as lutas sociais naquele bairro foram mais intensas, o que se refletia na liturgia, período em que havia também uma maior experimentação e criatividade na dimensão simbólica das celebrações.

Para além das distinções teológicas ou doutrinárias entre Missa e Celebração da Palavra, buscamos apreender como os membros das comunidades percebiam esses dois tipos de celebração. Alguns entrevistados afirmavam que não há distinção entre Missas e Cultos Dominicais, nenhum é mais importante que o outro (Assis, 2003). Outros avaliam que a presença dos Ministros Leigos da própria localidade dá às Celebrações um colorido particular diferente do que acontece nas Missas que, segundo eles, são feitas da mesma forma pelo padre em comunidades marcadas por contextos diferentes. Outros se referiram ao fato de que as Celebrações da Palavra têm uma melhor preparação que as Missas, aspecto com o qual concordou um dos padres entrevistados. No entanto, opiniões diferentes apareceram em dois grupos focais: na comunidade de São Francisco os jovens disseram que “*as pessoas prestam mais atenção no padre, que tem mais o que dizer*” (Almeida, 2003) e em Margarida Maria Alves os membros da RCC disseram “*que a missa é mais completa*” (Cunha, 2003).

As celebrações do Culto e da Missa são, portanto, momentos rituais da maior importância nas Cebbs, porque renovam periodicamente os laços que unem os membros da comunidade, relembram os fundamentos religiosos que dão suporte à existência da comunidade e, assim, reforçam a identidade do grupo. Mas também revelam tensões internas existentes nas comunidades, que se expressam na escolha das músicas, na localização espacial dos membros dos

diferentes grupos da comunidade, nas tentativas de introdução de certos gestos e símbolos, nas ênfases dadas pelos pregadores. Esses ritos também são marcados pelas circunstâncias nas quais a comunidade está inserida¹⁰.

A Bíblia

Entendida como Palavra de Deus, a Bíblia é o centro das celebrações dirigidas por leigos e leigas, que significativamente recebem a denominação de *Celebrações da Palavra*. Nessas ocasiões, trechos das escrituras sagradas são lidos, explicados e atualizados.

Observando a maneira como os celebrantes conduziam seus comentários sobre os textos bíblicos, o pesquisador que esteve na comunidade de São João percebeu que alguns dirigentes procuram fazer uma reflexão bíblica a partir da realidade vivida, assinalando a dimensão social da fé, enquanto outros enfatizam a piedade pessoal (Alves, 2003). Não se trata apenas de “estilos” ou “temperamentos” distintos, mas essas diferenças revelam espiritualidades e concepções religiosas diferenciadas existentes numa mesma comunidade.

Dentre as comunidades que participaram da pesquisa, 90% realizam algum outro tipo de atividade em torno da Bíblia, além do Culto Semanal e das Missas: ela está presente na preparação e celebração dos Sacramentos; na rezas do terço; nos cursos realizados durante o Mês da Bíblia. Mas sem dúvida a atividade mais importante é o Círculos Bíblico, também conhecido como Grupo de Reflexão. Esses grupos existem em três quartos das comunidades pesquisadas. São reuniões semanais realizadas nas casas das famílias reunindo pessoas da vizinhança. Nelas a presença feminina é bastante significativa.

A origem das Cebcs costuma ser relacionada a um certo tipo de leitura bíblica. No relato sobre o início da comunidade Margarida Maria Alves, os informantes destacam que a Bíblia era lida nas casas das famílias, ao lado da reza do terço e da conversa sobre os problemas do bairro, antes mesmo da construção do local em que seriam realizadas as Celebrações e a Catequese (Cunha, 2003).

Ao longo da pesquisa ficou evidenciado, em diferentes situações, que os membros das Cebcs procuram realizar uma leitura na qual se procura relacionar o texto bíblico com o contexto em que foi produzido e atualizá-lo no confronto com o seu próprio universo sócio-cultural. Mas também foi observada em uma ocasião a prática da abertura aleatória do livro, em busca de revelação de mensagens divinas (Alves, 2003).

As Celebrações dos Sacramentos e os Ministérios Leigos

A pesquisa mostrou outra característica das Cebcs: elas são espaços privilegiados de preparação, de celebração e de vivência dos Sacramentos, em especial o Batismo e a Primeira Eucaristia. Já os sacramentos do Crisma e do Matrimônio aparecem com menor frequência na descrição das atividades realizadas no âmbito das Cebcs, porque sua preparação ou celebração pode congrega pessoas de diversas comunidades vizinhas.

Nas Cebcs, os sacramentos estão intimamente relacionados aos Ministérios Leigos. Alguns desses ministérios são originários das Cebcs e outros encontram nelas um espaço privilegiado de exercício. Os Ministros são pessoas que assumem extraordinariamente atividades antes reservadas exclusivamente aos padres. Já nos referimos anteriormente à importância dos Ministérios da Eucaristia e da Palavra, associados ao culto. Dependendo do tamanho, as comunidades podem ter mais de uma pessoa exercendo essas funções. As mulheres têm uma presença expressiva entre os que exercem os Ministérios.

Há também ministérios associados à celebração dos Sacramentos. Os Ministros do Batismo, leigos que celebram os batizados, existem em 40% das comunidades. E em 9% das comunidades há ministros que presidem as cerimônias de casamento, denominados Testemunhas Qualificadas para o Matrimônio. Eles também presidem cerimônias de casamento em

comunidades vizinhas. Apenas nesse ministério há uma predominância masculina, muito embora em alguns lugares esse serviço eclesial seja confiado a casais e não a indivíduos isolados. Nos demais ministérios a presença das mulheres é bastante significativa – representam cerca de dois terços do total de ministros das comunidades pesquisadas. E essa presença feminina é muito importante, especialmente numa Igreja em que os Ministérios Ordenados são exercidos exclusivamente pelos homens.

Isto não significa que a legitimidade religiosa dos leigos e leigas que exercem esses Ministérios esteja totalmente reconhecida pelo conjunto de pessoas que solicitam os Sacramentos nas comunidades: mesmo que alguns casais prefiram que seus casamentos sejam presididos pelos Ministros Leigos, há pessoas que só querem batizar seus filhos com um Padre.

O perfil sócio-econômico dos Ministros Leigos mostra que são pessoas pertencentes às classes populares e, assim, o exercício dos ministérios expressa a valorização eclesial de pessoas que muitas vezes não são valorizadas na sociedade, por serem pobres, pouco escolarizadas e por exercerem atividades profissionais de pouco prestígio. E os Ministros também não se diferenciam dos demais membros das comunidades por sua condição social.

A pesquisa revelou uma tendência de utilização de processos democráticos na escolha dos Ministros: em geral eles são escolhidos pela comunidade, pelo Conselho Comunitário ou pelos membros das Pastorais do Batismo e Familiar. Mas há certas lideranças da comunidade ou padres que exercem uma influência formal ou informal nessa escolha, ou têm poder de veto (Assis, 2003; Cunha, 2003). Outro fenômeno identificado nas comunidades menores é a concentração de ministérios entre os membros de uma mesma família (Alves, 2003; Almeida, 2003). Merece registro, ainda, o empenho das comunidades, paróquias e dioceses na capacitação dos Ministros para o exercício de suas funções. E devemos assinalar que em uma das comunidades visitadas o serviço de coordenação começa a ser compreendido como um Ministério (Alves, 2003).

Devido à centralidade da dimensão celebrativa e sacramental nas Cebcs, a vivência dos Ministérios pode se tornar palco de disputas e crises. Um exemplo foi verificado numa comunidade em que os Ministros e Ministras do Batismo suspenderam temporariamente suas atividades ministeriais, devido a uma atitude autoritária do padre (Cunha, 2003).

Os Ministérios Leigos proporcionam uma maior autonomia religiosa à comunidade, que passa a depender menos dos padres no seu cotidiano. Algumas lideranças entrevistadas se referiram à experiência dos ministérios como uma forma de democratização da Igreja Católica. Já outras lideranças ressaltaram o aspecto *pragmático* dos ministérios, reconhecendo que o pequeno número de padres não é suficiente para atender às necessidades de um número sempre crescente de comunidades. De fato, a pesquisa mostrou que os Ministérios Leigos representam o acesso dos leigos e das leigas a uma parcela do poder religioso que na Igreja Católica tem estado concentrado nas mãos dos Ministros Ordenados. Como registrou um dos pesquisadores, na prática os Ministros e Ministras são os principais mediadores do sagrado no cotidiano das comunidades (Alves, 2003).

As Práticas Devocionais

No conjunto de comunidades pesquisadas há outras formas de oração e devoção. Foi possível perceber a continuidade de práticas herdadas do catolicismo popular tradicional (novenas, romarias, procissões), simultânea à consolidação de formas de oração mais recentes, típicas do catolicismo atualizado na experiência das Cebcs (novenas de Natal). Além disso, há uma renovação de práticas devocionais tradicionais: na comunidade de São João há algum tempo a reza semanal do terço passou a incluir uma leitura bíblica e um comentário subsequente (Alves, 2003).

A devoção aos santos é outra marca dessas comunidades. Além do culto aos padroeiros, foram registradas orações ao Sagrado Coração de Jesus e diferentes manifestações de devoção à Nossa Senhora. O panteão dos santos não se restringe aos canonizados¹¹. Além disso, houve referência à realização de retiros, a grupos de oração e louvor vinculados à RCC, à celebração do Ofício Divino das Comunidades. Algumas dessas práticas devocionais estão mais vinculadas ao universo feminino, como a reza do terço.

As comunidades mais numerosas apresentam uma maior diversidade de práticas devocionais, o que foi observado mesmo na comunidade Margarida Maria Alves, que tem uma forte tradição de engajamento de seus membros em lutas sociais e políticas.

Essas devoções sofrem impacto da situação do local onde a comunidade está inserida. Assim, na comunidade situada numa favela, a festa do padroeiro não é mais realizada, nem a Via-sacra nas ruas, por causa da violência associada ao tráfico de drogas. No entanto, é mantida a procissão da Sexta-Feira Santa (Alves, 2003).

Dois terços das comunidades pesquisadas têm algum movimento ou associação religiosa organizado em sua dinâmica interna, como a Sociedade São Vicente de Paula, a RCC, a Legião de Maria e o Apostolado de Oração.

A relação das Cebs com a Renovação Carismática Católica

A dimensão celebrativa é particularmente interessante para a observação das relações entre Cebs e Renovação Carismática Católica. O Movimento RCC está organizado em 25% das comunidades pesquisadas e em uma das quatro comunidades do estudo de caso. Entretanto, nas outras três comunidades há pessoas simpatizantes do Movimento, que o acompanham principalmente através dos programas de rádio e de televisão veiculados nas emissoras católicas. Assim, mesmo onde a RCC não está organizada formalmente, alguns traços do Movimento vêm permeando o cotidiano dessas comunidades, especialmente os cânticos e gestos introduzidos nas celebrações.

Existe uma certa percepção do entusiasmo transmitido pelo movimento, através de sua música, seu fervor, sua espiritualidade. Isto poderia seduzir, sobretudo, os jovens. Alguns depoimentos, ao acentuar a dimensão da “adoração” e o “fervor”, parecem indicar a persistência de uma dicotomia entre movimentos carismáticos mais “espiritualistas” e Cebs mais “políticas”. Entretanto, esta posição não é a única. Há também oposição a esta influência: nas comunidades de Santa Rita e São Francisco foi observada uma tensão entre a base, que se abre aos carismáticos, e membros da coordenação, que tentariam frear esta tendência (Assis, 2003; Almeida, 2003). Já na comunidade de São João ocorre o contrário: algumas pessoas da coordenação são simpáticas ao Movimento e apóiam a realização de orações com a presença de carismáticos de comunidades vizinhas, enquanto outros membros não são totalmente favoráveis a esta aproximação (Alves, 2003). Nas três comunidades foi possível perceber uma tensão entre a tentativa de articular as experiências das Cebs e da RCC, e o receio de desvirtuar a orientação histórica das Cebs.

Na quarta comunidade, a RCC está organizada há pelo menos 5 anos, o que permitiu uma análise mais detida da sua inclusão na dinâmica comunitária (Cunha, 2003). Desde o início houve uma forte tensão entre aqueles que se vinculam à “Libertação” (ou “Caminhada”) e os da “Renovação”¹², que se tem revelado em muitos incidentes.

A forma mais visível e dramática dessa tensão é a disputa em torno da padroeira da comunidade, Margarida Maria Alves. O grupo da RCC questiona esta escolha, feita há cerca de 20 anos, sob o argumento de que não se trata de uma santa canonizada. Os membros do Movimento levantaram esta questão com o Bispo, por ocasião de sua presença na comunidade para uma celebração de Crisma. Foi feito posteriormente um seminário sobre Santos e Márti-

res, e o Bispo se posicionou a favor da escolha de outro padroeiro, para cumprir as regras da Igreja. O grupo identificado com a “Caminhada”, que continua sendo hegemônico na comunidade, argumentou que Margarida Maria Alves era o *nome* da comunidade, não o da padroeira. O Padre que acompanha a comunidade, identificado com esse grupo, adiou a decisão sobre um novo padroeiro, sem definir um prazo para isso e, durante este período, o Bispo atingiu a idade de aposentadoria. Este caso deixa evidente o papel exercido pelos Ministros Ordenados (padres e bispos) nessas disputas¹³.

O tipo de conflito que se instalou na comunidade Margarida Maria Alves expressa o confronto entre concepções eclesiais muito diversas, que fica evidente na declaração de uma de suas lideranças: “*o problema não é mudar o nome, é tentar matar a ideologia, o pensamento e o desejo de transformação do mundo. Querem matar Margarida duas vezes*” (Cunha, 2003). Até o momento em que foi encerrado o trabalho de campo a questão não tinha sido resolvida.

No entanto, após anos de muita tensão e negociação, há tentativas de conciliação entre os dois grupos: são considerados como avanço o fato da reunião semanal do grupo de louvor da RCC ser realizado dentro da Igreja e não mais nas casas de família, como no início; a participação de representantes da RCC no Conselho Comunitário e no rodízio entre os grupos responsáveis pela preparação e animação das celebrações dominicais; e a presença de alguns membros do Movimento em outras Pastorais. Mas certas propostas sugeridas no gestual por esse Movimento não foram incorporadas à celebração.

Por outro lado, mesmo alguns membros históricos da comunidade reconhecem alguma positividade na presença da RCC, como a maior capacidade de atração dos jovens e de outras pessoas que estavam afastadas da comunidade. Muitos desses novos participantes começam a se envolver em outras atividades da comunidade e tornam-se lideranças, tendo acesso às concepções que estão na base da experiência das Cebts através dos cursos de formação oferecidos pela paróquia, diocese e pastorais.

Isso não extingue as tensões, mas revela que as posições, inicialmente polarizadas, têm dado lugar a uma situação mais complexa, havendo perspectivas mais e menos dialogais, tanto entre os identificados com a “Libertação”, quanto entre os da “Renovação”.

Por fim, é preciso destacar que mesmo nessa comunidade em que tem sido responsável por muitas tensões, a RCC pode ser vista de modo positivo por gente do outro grupo, quando acionada na disputa com outras experiências religiosas pela adesão de fiéis. Assim, de acordo com uma líder identificada com o grupo da “Caminhada”: “*o surgimento da RCC foi bom porque se assemelha às Igrejas Evangélicas, o louvor é forte, o canto sacro é muito forte*” podendo, desse modo, “*fazer frente à ‘filosofia protestante’*” (Cunha, 2003).

Em resumo, se, nos primeiros tempos após o surgimento da RCC na comunidade, as relações foram muito tensas, com o passar do tempo alguns canais de diálogo têm sido abertos. A continuidade dos traços historicamente incorporados à experiência sócio-religiosa dessa Ceb pode ser explicada por alguns fatores: a firme adesão da maioria dos líderes da comunidade a um projeto de Igreja participativo e ministerial; seu envolvimento nas lutas sociais e nas disputas políticas; o contexto em que a comunidade está localizada (um município que está na quarta administração petista consecutiva); e o apoio decisivo do padre responsável pela paróquia nos últimos anos a esta perspectiva de ação eclesial. Trata-se, no entanto, de um processo social inacabado e cujo desdobramento depende de uma série de fatores, entre os quais podemos citar: o posicionamento do novo Bispo da diocese frente à reivindicação dos carismáticos de escolha de um novo padroeiro; o crescimento da influência política da RCC, apontada como responsável pela eleição de uma das vereadoras atuantes no município, simultâneo ao desgaste de agentes políticos de esquerda, que sempre receberam apoio das lideranças identificadas com a “Libertação”.

A pesquisa revelou uma intensa vida de oração no dia-a-dia das Cebcs, que inclui os fatos e problemas da vida dos participantes e da sociedade mais ampla. A análise do conteúdo e da forma desses rituais revela uma espiritualidade que associa a Bíblia às devoções do catolicismo popular tradicional, acrescentando também alguns traços característicos das reuniões de oração da RCC (Alves, 2003). As variações vão depender do peso de cada um desses elementos no conjunto final.

O estudo sobre a dimensão celebrativa no cotidiano das Cebcs mostra que esses ritos expressam as concepções religiosas que estão por trás da experiência das Cebcs. E, mais que isso, através desses conjuntos de atos repetidos periodicamente, podemos perceber como as crenças religiosas dos participantes das Cebcs são criadas e recriadas continuamente (Durkheim, 1989: 494).

IV. DIMENSÃO SOCIAL E POLÍTICA

As comunidades de base têm, geralmente, uma presença ativa na sua localidade e na sociedade mais ampla, através de diferentes tipos de atividades. É esta dimensão da vida das comunidades que queremos apresentar aqui.

Uma primeira questão colocada para as comunidades foi sobre quais os problemas sociais que elas enfrentam. Na pesquisa com as 67 comunidades, os principais problemas apontados foram: desemprego (85%); drogas e tráfico (54%); problemas de violência e segurança (37%); problemas de saúde (34%); falta de saneamento (30%).

São basicamente os mesmos problemas apontados pela pesquisa nas quatro comunidades visitadas. À exceção de Santa Rita, o problema comum é o **desemprego**.

As comunidades estão enfrentando a grave situação social que atinge a sociedade brasileira na última década: o desemprego. O desemprego sempre foi um problema, mas neste período se tornou crônico. Isto se deve à introdução de novas tecnologias na produção, certamente, mas foi sobretudo a implementação das políticas neoliberais que provocou um aumento impressionante do desemprego. No nosso caso, estas políticas entram a partir do governo Collor e são aprofundadas por FHC: abertura comercial e financeira, juros altos, crescimento da dívida externa e interna, redução dos investimentos públicos na área social.

O aumento da desigualdade social articulada com o bloqueio das oportunidades de ascensão social foram os principais fatores para o crescimento da violência criminal, especialmente aquela ligada ao tráfico de drogas. Este se tornou uma alternativa para uma parte dos adolescentes e jovens desempregados, sobretudo nas grandes cidades. Esta é a situação de boa parte das favelas urbanas, dominadas ou atravessadas pelo tráfico, caso da comunidade de São João.

"Drogas e tráfico" é um duplo problema apontado em segundo lugar no questionário (54% das comunidades) e, em seguida, vem "Problemas de violência e segurança" (37%), confirmando o que tem aparecido nas pesquisas de opinião pública.

Logo a seguir, as comunidades apontam os problemas de saúde (34%). Na comunidade de São Francisco, por exemplo, "*o segundo maior problema social seria a falta de assistência à saúde*" (Alemida, 2003). Além disso, as comunidades rurais apontam como problema a falta de assistência à produção agrícola. Certamente, a falta de apoio à agricultura é um dos principais motivos da migração que está ocorrendo em São Francisco. E mesmo em Santa Rita, onde a situação sócio-econômica é melhor, o problema é assinalado (Assis, 2003).

O levantamento revela que a quase totalidade das comunidades tem alguma forma de assistir aos necessitados: em 67 comunidades, 65 (97%) afirmam desenvolver alguma atividade neste sentido. Aí encontramos: campanha do quilo (70%), cesta de Natal (67%), distribuição de roupas e remédios (61%), ajuda eventual (43%), ação da cidadania contra a fome (27%), obra social, educacional ou assistencial (12%). Nas quatro comunidades visitadas, observamos também a presença constante de atividades assistenciais.

Do mesmo modo, a piora das condições de vida, em particular a expansão do desemprego, tem levado a buscar alternativas. Há alguns anos vêm se difundindo propostas destinadas a não esperar mais a iniciativa do Estado ou mesmo a retomada do crescimento econômico e a promover a criatividade dos trabalhadores para gerar meios de sobrevivência. Este é o caso, por exemplo, da economia solidária, onde a solidariedade é justamente a base da organização de cooperativas de trabalhadores e trabalhadoras (costureiras, quebradeiras de coco babaçu, rendeiras, operários que assumem empresas falidas etc.). Em entrevistas realizadas durante o 10º Encontro Intereclesial (Ilhéus, 2000), vários representantes relataram o desenvolvimento de experiências de organização de trabalhadores, de cooperativas, como forma de enfrentar e superar o desemprego.

As iniciativas de geração de emprego e renda no conjunto das 67 comunidades aparecem em 16% delas. Como uma das comunidades aponta, a dificuldade provém das exigências excessivas para mantê-las: impostos, burocracia, entre outros (Cunha, 2003).

Na pesquisa quantitativa, na resposta à pergunta sobre “O que a comunidade tem feito para enfrentar os problemas sociais”, chama a atenção a variedade de ações desenvolvidas pelas comunidades, sua criatividade, sua capacidade de iniciativa. Aparece um pouco de tudo:

- **Ações coletivas** diversas, como os mutirões (contra a desnutrição, para construir casa, para uma roça, nas limpezas de barragens em ruas e estradas etc.);
- Organização ou participação em **associações** (de moradores, de pequenos produtores rurais, clubes de mães);
- **Pastorais sociais**: da criança, da saúde;
- **Lutas e movimentos sociais** (plebiscito contra a ALCA, plebiscito da dívida externa, lutas pela saúde, sindicato, lutas pelas crianças e adolescentes, Grito dos Excluídos);
- **Pressão sobre autoridades/políticos** (pedir apoio a governantes, comunicar aos órgãos competentes, reclamações aos vereadores, ofício para as autoridades, abaixo-assinados, manifestações, cobrança junto ao Executivo e ao Legislativo, Grupo de Acompanhamento do Legislativo, encontro com políticos para cobrar);
- Atividades de **conscientização**.

Um outro dado que permite verificar o nível de participação social e política dos membros das comunidades é o número das que tiveram candidatos em eleições para sindicato ou para associação de moradores ou de pequenos produtores rurais.

Quase a metade das comunidades (48%) tiveram candidatos para associações de moradores. E o número de pessoas que participaram nestas eleições também é alto: foram 133 homens e quase o mesmo número de mulheres (124), num total de 257 pessoas que se candidataram. Este é um elemento importante: o grau de participação ativa das mulheres neste tipo de associação, candidatando-se a cargos de direção. Sinal de que as Cebs contribuem para aumentar este protagonismo das mulheres.

De qualquer modo, as diferenças de gênero aparecem claramente: enquanto nas eleições para associações de moradores, o número de candidatas é quase igual ao de candidatos, nas demais (sindicatos, associações rurais e eleições políticas), o contraste é enorme: os homens

são em número três vezes maior que as mulheres. O que significa que, neste particular, a atuação das comunidades ainda não conseguiu quebrar a cultura política dominante.

A pesquisa demonstrou que existem, nas comunidades, diferentes atividades de cunho sócio-transformador. Mas o nível, a intensidade do engajamento, do associativismo, das lutas, varia muito de uma comunidade para outra. Isto fica visível, especialmente, na pesquisa de campo junto às quatro comunidades. Aqui, aparece claramente a diversidade: há uma comunidade muito envolvida em movimentos e muito politizada (Margarida Maria Alves); há uma outra comunidade praticamente desengajada, com pouco interesse político, com atividades somente comunitárias - creche, ajuda aos necessitados (São João); há uma terceira começando a se engajar, descobrindo a importância da ação social (Santa Rita); e outra, mais antiga, com várias atividades sociais e políticas (São Francisco), em grau não tão intenso quanto a primeira. É certamente esta diversidade que está presente no conjunto das Cebts no Brasil: provavelmente a maioria com algum tipo de engajamento em movimentos sociais e atividades políticas, algumas muito engajadas e outras com dificuldades.

Nos últimos anos, apareceu um novo tipo de atividade entre as Cebts: é a participação em Conselhos (setoriais, municipais etc.), o que se confirmou em nossa pesquisa.

A questão da desmobilização ou da diminuição da mobilização está presente nas comunidades porque está presente na sociedade. A verdade é que a década de 80 foi marcada por um ascenso extraordinário dos movimentos sociais. Os anos 90, que começam com o governo Collor e o início da implementação das políticas neoliberais em nosso país, serão anos de refluxo. Houve uma clara preocupação em quebrar a resistência dos trabalhadores e de suas organizações. A mídia, atuando de forma quase unânime vai contribuir para difundir uma nova ideologia (o “pensamento único”) e, deste modo, vai pouco a pouco desprestigiar os valores sobre os quais se ergueu a sociedade onde os direitos humanos, a dignidade do trabalhador, tinham importância. O resultado é que, no decorrer dos anos 90, haverá uma progressiva desmobilização dos setores populares (Lesbaupin, 1999).

O movimento mais atingido é o movimento sindical, por razões óbvias. Há exceções, como o Movimento dos Sem-Terra, exatamente porque articula os que não têm um emprego formal. A realidade difícil não impede, porém, que se organize a resistência: enquanto os direitos sociais são atacados, novos direitos vão sendo apropriados pela sociedade, como os direitos das mulheres, os direitos ambientais. E, no decorrer do tempo, os efeitos negativos das políticas e da globalização neoliberais vão provocar reação: um novo movimento internacional cresce rapidamente em fins dos 90 – o movimento por uma outra globalização, que contesta o “pensamento único”, defende os direitos humanos no seu conjunto - civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais - e propõe políticas alternativas.

É preciso fazer uma outra observação: muitas das 67 comunidades realizam certo tipo de atividades pouco comuns, que exigem muita informação (por exemplo, plebiscito contra a ALCA – 66% -, plebiscito da dívida externa – 52%). Para comunidades situadas em cidades grandes, isto seria explicável, porque aí a campanha é bem divulgada. Mas em cidades menores ou áreas rurais, é mais difícil. O que explica este alto grau de mobilização das comunidades é a divulgação feita no interior da Igreja (pela CNBB, pelas pastorais): esta campanha chega ao conjunto das comunidades de todo o Brasil através de boletins, textos, cartilhas, folhetos, programas de rádio da Igreja - e, nos últimos anos, pela Internet - e cursos e debates promovidos pelas dioceses, paróquias, pastorais etc. Os representantes ou lideranças das comunidades participam destas atividades, ficam informados e se despertam para a necessidade

de mobilização. As Cebcs se encontram capilarmente articuladas numa grande rede, recebendo os influxos desta rede, respondendo através de participação, de ações, de mobilizações.

Em mais da metade das 67 comunidades (55%), houve candidatos a eleições políticas, o que revela um interesse real pela questão política - ao menos, pela política local - e uma postura ativa em boa parte das comunidades. Um tipo de iniciativa que vale a pena destacar e que está presente em 10 comunidades (15%) é o Grupo de Acompanhamento do Legislativo, que as organizações populares começaram a utilizar como forma de exercer o controle público sobre a atividade de seus representantes políticos e que tem sido bastante eficaz. Na pesquisa junto às quatro comunidades, em relação ao interesse pela questão política, encontramos o mesmo quadro diversificado de que falamos anteriormente: desde comunidades muito politizadas até comunidades praticamente sem engajamento nesta área.

V. Conclusão

Uma primeira conclusão que decorre desta pesquisa é que as Cebcs são uma experiência consolidada: a maior parte das comunidades tem entre 20 e 30 anos de existência. E dois terços delas consideram que o número de membros está crescendo. Outra parte é mais nova, surgiu na última década, o que significa que a Caminhada das Cebcs continua. Em suma, contrariamente a uma idéia que se difundiu nos últimos anos nos meios de comunicação e em setores da Universidade, as Cebcs não são coisa do passado: continuam vivas e atuantes.

As Cebcs apresentam uma enorme diversidade de formas. Tal diversidade é condicionada por fatores externos - relativos ao contexto sócio-econômico, cultural e político no qual elas se encontram inseridas - e internos, inerentes à forma como foram fundadas e se desenvolveram. O tamanho das Cebcs varia muito. Chama a atenção, especialmente, a existência de comunidades numericamente muito grandes. As Cebcs originalmente foram pensadas como comunidades relativamente pequenas, para possibilitar que todos se conhecessem e houvesse um relacionamento mais pessoal - diferentemente da estrutura paroquial onde predominam as relações impessoais.

O processo de crescimento ou diminuição do número de participantes das Cebcs se deve a diversos fatores: incidem aí tanto processos sociais mais amplos - tais como os processos migratórios, ou o desenvolvimento urbano - quanto aspectos mais localizados - como o entorno no qual a comunidade se insere. Incidem também aspectos internos à própria comunidade. Por exemplo, a maior ou menor importância que se dá à juventude, que é um motor de crescimento e de renovação das comunidades. As Cebcs que crescem são aquelas que abrem espaço para a participação dos jovens. Um problema que se coloca para as comunidades é a dificuldade de renovação das lideranças, ligada também à necessidade de dar mais estímulo e lugar aos jovens, particularmente quando lideranças mais antigas mostram dificuldade de incorporar as novas gerações na dinâmica comunitária.

Quando se examina a profissão e a renda familiar assim como o grau de escolaridade dos membros mais atuantes (ministros, coordenadores, animadores), verifica-se que as Cebcs continuam majoritariamente constituídas por membros das classes populares e não há diferenças significativas de classe social entre os membros e as lideranças; mas há também nas Cebcs pessoas de classe média, média-baixa; os miseráveis são exceção.

A novidade mostrada pela pesquisa não é tanto a participação majoritária das mulheres na base - fato já sobejamente conhecido - mas seu crescente acesso a postos de liderança, como coordenadoras e/ou como Ministras (da Eucaristia, da Palavra, do Batismo - onde também são maioria); e também nos movimentos populares, como as associações de moradores. Isto poderia indicar uma crescente consciência de gênero. Entretanto, este processo não é uniforme:

parece se dar preferencialmente em áreas urbanas, posto que, geralmente, em zonas rurais predominam ainda padrões de comportamento influenciados por uma estrutura patriarcal. Por outro lado, esta consciência de gênero parece desenvolver-se especialmente entre mulheres mais jovens e mais escolarizadas.

Apesar do número significativo de pessoas que se auto-classificam como pardas ou negras – sobretudo nas comunidades urbanas – não parece haver uma mobilização maior em torno dessa questão e tampouco se percebem expressões de uma consciência étnica.

As Cebbs são espaços de comunhão e participação. Em praticamente todas as comunidades há Conselho Comunitário constituído por eleição ou por indicação dos diversos grupos e serviços existentes, o que evidencia o caráter democrático das Cebbs, com importantes reflexos na construção da cidadania. A gestão democrática das comunidades, embora seja um elemento valorizado, na prática não ocorre sem tensões: é um processo que vem se afirmando, mas que pode ter idas e vindas, dependendo inclusive da relação com o padre. Ao mesmo tempo, não se pode esquecer que esta participação se dá dentro de uma estrutura eclesial hierarquizada, na qual o poder se encontra centralizado na mão de poucos: esta estrutura clerical concentra o poder em quem detém o poder sacramental (em última instância, celebrar a Eucaristia). Tal contradição coloca limites à prática participativa.

As Cebbs são espaços privilegiados de experiência religiosa: a pesquisa demonstrou a centralidade da dimensão celebrativa no cotidiano das Cebbs analisadas, onde as práticas rituais mais consolidadas são as Celebrações da Palavra e dos Sacramentos. Há uma intensa vida de oração, revelando uma espiritualidade que associa a Bíblia às devoções do catolicismo popular tradicional, acrescentando ainda alguns elementos característicos da RCC. Os Ministros Leigos são fundamentais na dinâmica religiosa cotidiana das Cebbs: presidem as celebrações, pregam a Palavra e animam a caminhada das comunidades. Nesse sentido, as comunidades de base têm contribuído decisivamente para que leigos e leigas assumam um papel ativo, de protagonismo dentro da Igreja.

A Renovação Carismática Católica (RCC) está presente em um quarto das comunidades pesquisadas, mas exerce uma influência sobre outras, porque chega através do rádio e da televisão. O contato entre Cebbs e RCC tem introduzido novos elementos nas celebrações litúrgicas, especialmente cânticos e gestos, mas também tem dado origem a uma série de tensões. Se antes havia posições muito polarizadas, hoje percebe-se tentativas de diálogo, embora o clima de disputa continue.

No cotidiano das comunidades não há muitas práticas ecumênicas. Quando existem, elas estão relacionadas a ações sociais concretas.

As Cebbs continuam a exercer um papel ativo na sociedade: desenvolvem desde atividades assistenciais até ações transformadoras, através de mobilizações e engajamento em associações, sindicatos, partidos políticos. As campanhas nacionais - Grito dos Excluídos, contra a ALCA, contra o pagamento da Dívida Externa - recebem um forte impulso da participação das Cebbs. Neste aspecto, a pesquisa deixou evidente a diversidade de engajamentos: Cebbs mais atuantes, mais presentes nas lutas sociais e políticas, e Cebbs menos dinâmicas. Dentro de cada comunidade, também verificamos diferentes níveis de inserção: pessoas mais atuantes e outras menos.

As Cebbs estão inseridas numa realidade social que se tornou mais grave nos últimos tempos: redução da presença do Estado, aumento do desemprego, diminuição da renda familiar, tráfico de drogas e violência, atendimento deficiente à saúde e ao saneamento básico. Devido a essas dificuldades, o nível, a intensidade, o grau de engajamento (social e político) se reduziu. Contudo, entre as formas de ação social e política observa-se que no período mais recente

abriu-se um novo campo de inserção: sobretudo os Conselhos - setoriais, municipais. Assim, as Cebds em geral mantêm sua atuação, descobrindo novas formas de inserção e de mobilização.

Bibliografia

- ALMEIDA, Lady Christina de. (2003), *Relatório sobre a Comunidade de São Francisco*. Rio de Janeiro: Iser/Assessoria.
- ALVES, Jorge Alexandre Oliveira. (2003), *Relatório sobre a Comunidade de São João*. Rio de Janeiro: Iser/Assessoria.
- ANDRADE, Paulo Fernando C. (1997), Cebds, “Massas e Minorias”. In: C. Boff et alii. *As Comunidades de Base em Questão*. São Paulo: Paulinas.
- ASSIS, João Marcus Figueiredo. (2003), *Relatório sobre a Comunidade de Santa Rita*. Rio de Janeiro: Iser/Assessoria.
- BOFF, Clodovis. (1996), “Uma análise da conjuntura da Igreja católica no final do milênio”. In: Ivo Lesbaupin et alii. *Para entender a conjuntura atual*. Petrópolis: Vozes.
- BOFF, Clodovis et alii. (1997), *As comunidades de base em questão*. São Paulo: Paulinas.
- CUNHA, Marilena. (2003), *Relatório sobre a Comunidade Margarida Maria Alves*. Rio de Janeiro: Iser/Assessoria.
- DURKHEIM, Émile. (1989), *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Paulinas.
- LESBAUPIN, Ivo (org.). (1999), *O desmonte da nação: balanço do Governo FHC*. Petrópolis: Vozes.
- LESBAUPIN, Ivo. (2000), “Comunidades de base e mudança social”. *Praia Vermelha - Estudos de Política e Teoria Social*, 3: 54-79.
- MARIZ, Cecília e MACHADO, Maria das Dores. (2000), “Progressistas e Católicas Carismáticas: uma análise de discurso de mulheres de comunidades de base na atualidade brasileira”. *Praia Vermelha - Estudos de Política e Teoria Social*, 3: 8-29.
- OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. (2001). “Perfil social e político das lideranças de CEBs no Brasil”. *Memória e Caminhada*, 1: 6-13.
- PRANDI, Reginaldo. (1997), *Um sopro do Espírito*. São Paulo: Edusp/Fapesp.
- RAMALHO, Jether et alii. (2001), *Cadernos CERIS*, ano I, n.2, Rio de Janeiro: Ceris (Pentecostalismo, Renovação Carismática Católica e Comunidades Eclesiais de Base, uma análise comparativa).
- RIBEIRO, Lúcia e LUÇAN, Solange (1997), *Entre (in)certezas e contradições: práticas reprodutivas entre mulheres das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica*. Rio de Janeiro: NAU/ISER.
- RODRIGUES, Solange dos Santos. (1997), *Comunidades eclesiais de base no Brasil: interfaces entre religião, política e produção do conhecimento*. Rio de Janeiro: Dissertação Mestrado em Ciências Sociais, UFRJ.
- TEIXEIRA, Faustino. (1996), *Os Encontros Intereclesiais de Cebds no Brasil*. São Paulo: Paulinas.
- VALLE, Rogerio e PITTA, Marcelo. (1994), *Comunidades eclesiais católicas: resultados estatísticos no Brasil*. Petrópolis: Vozes/CERIS.

¹ A partir do final dos anos 70 e na década de 80 muitos estudos sobre religião no Brasil abordaram as Cebds e seu impacto social (Rodrigues, 1997). Na década seguinte outras experiências religiosas foram privilegiadas na literatura analítica, especialmente o Pentecostalismo e a Renovação Carismática Católica. Recentemente as Cebds voltam a ser referidas na literatura acadêmica sobre religião no Brasil, mas sempre em comparação a estas expressões religiosas. Veja-se por exemplo, Mariz e Machado (2000) e Ramalho et alii (2001). Estudos específicos sobre as Cebds constituem quase exceções, como Boff et alii (1997), uma análise baseada nas pesquisas realizadas pelo Iser/Assessoria e *Memória e Caminhada*, uma revista eletrônica voltada para os estudos sobre as Cebds criada em 2001 pela Universidade Católica de Brasília.

² Boa parte da literatura sobre as Cebds no Brasil foi produzida a propósito dos Encontros Intereclesiais de Cebds (Teixeira, 1996).

³ As Cebds pesquisadas do Estado do Rio de Janeiro pertencem às dioceses de Duque de Caxias e S. J. Meriti (8); Itaguaí (5); Nova Iguaçu (7); Valença (4); Volta Redonda e Barra do Piraí (7). As de Minas Gerais são das dioceses de Almenara (10); Campanha (5); Governador Valadares (5); Itabira e Coronel Fabriciano (4); Leopoldina (11); Uberlândia (1).

⁴ As Cebds estão identificadas com nomes fictícios, embora sua localização seja real, dada a relevância do contexto local para a compreensão da dinâmica da comunidade.

⁵ A pesquisa de campo foi realizada por João Marcus Figueiredo Assis, Jorge Alexandre Oliveira Alves, Lady Christina de Almeida e Marilena Cunha. As informações e observações desses pesquisadores contribuíram muito para a análise que apresentamos a seguir. Aline Gonçalves Ferreira colaborou como assistente de pesquisa.

⁶ A pesquisa nacional realizada em 1992 pelo Ceris e Iser/Assessoria apresentou os seguintes valores: do total de comunidades levantadas em todo país, 13% estavam localizadas em cidades, 18% em periferia urbana e 70% na zona rural. Mas os valores para o Regional Leste I (RJ) – 17% de Cebbs localizadas na cidade, 47% na periferia urbana e 36% na zona rural – estão mais próximos dos dados aqui apurados, embora as categorias empregadas sejam um pouco diferentes (VALLE & PITTA, 1994).

⁷ Apenas a comunidade Margarida Maria Alves celebra o Dia da Consciência Negra, mas é um grupo de fora da comunidade que organiza a celebração (Cunha, 2003).

⁸ Aqui é interessante comparar este perfil socio-econômico dos membros das Cebbs com o dos delegados ao 10º. Encontro Intereclesial de Cebbs no Brasil, onde foi registrada uma presença significativa de pessoas pertencentes aos setores médios da população, o que gerou uma discussão se teria mudado o perfil dos membros das Cebbs ou dos delegados ao Encontro (Oliveira, 2001).

⁹ Pastoral que se refere às situações de saúde/doença recebe nomes diversos: em alguns lugares é a Pastoral da Saúde, em outros Pastoral dos Enfermos; tal diversidade pode indicar também orientações um pouco distintas, mais voltadas para a prevenção e a cura, no primeiro caso, ou para a assistência aos enfermos, no segundo.

¹⁰ Um exemplo: as celebrações da comunidade localizada na favela sofriam interferência do alto volume da música tocada no carro estacionado em frente ao bar próximo à igreja, ponto de venda de drogas (Alves, 2003).

¹¹ Na comunidade de Santa Rita há devoção a Padre Vítor e a Nhá Chica (Assis, 2003). E uma das comunidades visitadas tem Margarida Maria Alves como padroeira, uma líder sindical assassinada no início dos anos 80 (Cunha, 2003).

¹² Os termos entre aspas foram utilizados pelas pessoas entrevistadas na comunidade para designar os dois grupos

¹³ Papel que também foi apontado por uma liderança da comunidade de São Francisco, que em entrevista afirmou que “*aqui não tem Renovação Carismática, porque o Bispo não é da RCC*” (Almeida, 2003).

Ivo Lesbaupin é Doutor em Sociologia. Lúcia Ribeiro é Mestre em Sociologia. Solange Rodrigues é Mestre em Ciências Sociais. Névio Fiorin é teólogo. Os autores são membros da equipe de pesquisadores de Iser/Assessoria.

iserassessoria@iserassessoria.org.br

Resumo

O artigo apresenta os principais resultados da pesquisa realizada pelo Iser/Assessoria em comunidades de base dos estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, em 2003. A pesquisa consistiu na aplicação de um questionário junto a 67 comunidades dos dois estados e por estudos de caso em quatro comunidades. Foram selecionadas duas comunidades em cada estado - uma urbana e uma rural – para onde foram enviados pesquisadores que participaram de todas as atividades realizadas durante quinze dias, além de fazerem entrevistas com lideranças e grupos focais. Os resultados são reunidos em torno de quatro temas: a caracterização das comunidades, a organização, a dimensão celebrativa e a dimensão social e política.

Palavras-chaves: Comunidades eclesiais de base, Cebbs, Igreja católica, Religião e Política

Re-investigating the Cebbs

The article presents the principal results of the research realized by Iser/Assessoria in ecclesial base communities in the states of Minas Gerais and Rio de Janeiro, at 2003. The research consisted of the application of a questionnaire in 67 communities in the two states, and of a case study of four communities. Two communities were selected in each state, one urban and one rural. To these four communities researchers were sent to participate in all activities during 15 days, as well as to carry out interviews with leaders and focal groups. The results are organ-

ized around four themes: the characteristics of the communities, the organization, the celebrative dimension, and the social and political dimension.

Keywords: Ecclesial base communities, Cebbs, Catholic Church, Religion and Politics.